

## EDUCAÇÃO E POLÍTICA: EMANCIPAÇÃO, DEMOCRACIA E RESISTÊNCIA CONTRA A BARBÁRIE

João Vicente Hadich Ferreira – Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

### RESUMO

A relação entre política e educação, no contexto de uma educação emancipadora, é o ponto de partida do presente trabalho. Baseando-nos nos estudos da Filosofia Política e de pensadores como Hannah Arendt (2010 e 2011), Theodor W. Adorno (1995), Adorno e Horkheimer (1985), objetivamos compreender de modo mais adequado a questão da política e da educação, na perspectiva de uma formação democrática. Fundamentando os conceitos de política e democracia para além das perspectivas do senso comum, destacamos a necessidade da esfera pública como *lócus* da vida política e, neste sentido, que tal proposta contrapõe-se às perspectivas totalitárias do pensamento fascista. Neste contexto, aprofundar a questão da educação como processo formativo e emancipatório para a realização de nossa condição humana enquanto exercício da autonomia e vivência da liberdade é condição intrínseca que perpassa por uma formação política.

**Palavras-chave:** Educação, Política, Emancipação.

### INTRODUÇÃO

A partir da existência de Auschwitz (Adorno, 1995), a premissa primeira para a educação é de que seja uma educação contra a barbárie. Se o autoritarismo, cada vez mais “à vontade” na sombria atmosfera do fascismo que permeia nossa sociedade, almeja o domínio, o controle e o fim da política pelo constante flerte com modelos totalitários, uma *educação emancipadora* não poderá abrir mão exatamente de sua prerrogativa, que implica a formação para a vida comum, para um mundo democrático. Ou seja, da formação humana que se dá na constituição da autonomia do sujeito que se reconhece e, neste contexto, capaz de pensar, julgar e agir *com*, e *entre* os semelhantes no mundo público, esfera possível da liberdade e *lócus* específico para manifestação da nossa condição humana: a vida política. Nesse sentido, no presente trabalho, objetivamos compreender de modo mais adequado a questão da política e da educação, na perspectiva de uma formação democrática.

Para Hannah Arendt (2011, p.192), “a *raison d’être* da política é a liberdade e, seu domínio de experiência é a ação”. Só pode agir aquele que é livre e, liberdade, neste sentido, só é possível no espaço público, na vivência dos iguais, dos semelhantes. Esta igualdade não se dá no pensamento homogêneo ou na uniformização dos desejos dos indivíduos. A igualdade ocorre no sentido de que, liberados para a vida política, que se dá na esfera pública, podemos



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

manifestar nossas singularidades na pluralidade dos pensamentos e na efetividade da ação.

Assim, uma educação contra a barbárie de Auschwitz é política, pois o que está em jogo na política (Arendt, 2011) não é a vida pessoal, o indivíduo, mas o mundo. O mundo como espaço comum, que contempla nossa existência e nossos feitos, nossa história, cultura e arte. Neste sentido, a vida política contrapõe-se frontalmente à perspectiva fascista, da pretensão totalitária, de domínio total pela violência e desfiguração dos existentes. Diante da barbárie, a política é a esfera da resistência na sua potencialidade de constituição do *mundo comum*, de um *mundo público* que se contrapõe, efetivamente, ao *não mundo* proposto pela destrutividade da barbárie fascista.

## **METODOLOGIA**

Como um trabalho de cunho conceitual e de fundamentação dos pressupostos de uma educação emancipadora, metodologicamente realizamos a pesquisa em fontes bibliográficas e também recorreremos a fontes documentais para análises ou outros procedimentos que se fizeram necessários.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para Adorno (1995), a prioridade de todo processo educativo é de que se evite a barbárie que o nazismo e os regimes totalitários do século XX explicitaram. Não que esta tenha se extinguido, mas, para que *Auschwitz* não se repita (Adorno, 1995), está dado o imperativo de uma educação contra a barbárie, contra a violência que se estabeleceu a partir de um momento inominável e sua irrupção na História humana. Que não se repita a barbárie é seu apelo. Um apelo que evoca a memória que nos leva à imagem explícita do maior e mais cruel campo de concentração alemão, representante das "indústrias da morte" produzidas pelo nazismo na Segunda Guerra Mundial. "Que Auschwitz não se repita", contudo, é mais do que um apelo. É a constatação da possibilidade de sua atualização, diante do seu *continuum*. Sua sombra paira sobre nós e seu significado não se restringe àquilo que se rememora pela existência do local físico simplesmente, mas pela sua demarcação na História, pelo evento que representa enquanto assimilação e normalização da barbárie.

Educar para a emancipação, portanto, implica numa educação contra a barbárie. Para isso, é preciso uma boa formação dos professores e a reflexão sobre o papel da escola. Para esta condição de "desbarbarização" da sociedade, Adorno atribuirá à escola uma grande



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

responsabilidade. Se a barbárie se apresenta hoje “normalizada” na nossa cultura, Adorno apresenta o papel da escola como importante para a ruptura com esta realidade. Não a escola da reprodução da barbárie, mas aquela que privilegia a formação cultural e as possibilidades da emancipação. A função da escola deve ser cumprida levando os indivíduos à reflexão sobre as representações que existem da escola, sobre os tabus aos quais está submetida e que formaram muitas vezes a conformidade do existente.

Num processo de *inconsciência* ou de *vontade comprometida*, reproduzimos o “padrão” e buscamos conquistar uma *igualdade* proposta por uma sociedade valorada em bases econômicas e que se mostra equivocada pelos próprios fundamentos que a constituem. Por isso, ao contrário da *emancipação*, convivemos com a *alienação* como condição de *inconsciência*, o que impede a *conscientização*. Para Adorno, “a emancipação, como ‘conscientização’, é a reflexão racional pela qual o que parece ordem natural, ‘essencial’ na sociedade cultural, decifra-se como ordem socialmente determinada em determinadas condições da produção real efetiva da sociedade” (Maar, 2004, p. 181, grifos do autor).

Na concepção adorniana, o que orienta a educação não é uma imposição externa, mas deve ser uma expressão da sua configuração histórica que apresenta contradições e, por isso, “exige ‘objetivamente’ a partir de si própria sua transformação” (Adorno apud Maar, 2004, p. 182). A possibilidade da negação da ordem social estabelecida, de forma real, representa a contradição referida. Portanto, o papel político da educação para o pensador, está na reflexão que gera a conscientização das contradições sociais em sua produção, o que limita o acomodamento já citado. É na demonstração da contradição social que se combate a semiformação e se permite a mudança. Deste modo, se dará a intervenção no processo de produção que produz o mundo apaziguado que favorece a educação para a barbárie. Adorno alerta para a contradição como elemento fundamental para a emancipação, o que passa pela formação de sujeitos emancipados. É a base de sustentação da própria democracia, que “só se apreende como formação social de ‘emancipados’, como esfera pública sustentada na experiência presente da contradição, na reflexão crítica sobre a sujeição presente” (Maar, 2004, p. 184).

Entender a política como um dos principais elementos da condição humana, perspectiva apresentada pela filósofa Hannah Arendt (2010), é fundamental para o processo educativo. Compreendendo-se a educação como formação humana, e implicando esta na percepção de que nos humanizamos neste caminho, pensar a política na proposta arendteana significa o entendimento de que não vivemos sozinhos e que a vida comum, e portanto democrática, comporta o ápice desse processo. Neste sentido, a constituição de um mundo comum, onde

habitam os homens na sua pluralidade, diversidade e singularidades, não se reconhece por projetos de dominação do outro, mas, efetivamente, reivindica a possibilidade da existência e da realização do *inter homines esse* – estar entre os meus semelhantes –, que se sustenta na existência da esfera pública.

Por isso, considerando a educação como condição de emancipação, ou seja, a possibilidade do exercício da autonomia e da liberdade humanas, a discussão da política nos encaminha para o mundo público, *locus* da vida cidadã e condição de ação no mundo para sua transformação. Evidentemente, apresenta-se aqui um dilema. Numa sociedade preparada para o individualismo e que desconsidera o espaço público em sua perspectiva política, estabelecendo sua concepção na ideia de dominação e poder, os pressupostos que prevalecem neste mundo danificado (Adorno; Horkheimer, 1985) são as bases de um pensamento antipolítico. Este pensamento, que produz o ódio à política encontra suas bases no fascismo.

Pensar a política, neste contexto, é o desafio diante do ressurgimento de uma extrema-direita raivosa e ativa no uso de ferramentas e tecnologias com o intuito de, servindo-se do ódio como política, propagar a ideia de destruição da política e da democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de *Auschwitz*, da frieza e da indiferença que nos acompanham, que originariamente também permitiram e produziram a barbárie, revigoramos sua possibilidade a cada instante. A partir da dialética entre civilização e barbárie, entre avanços e retrocessos, entendemos que não se pode desconsiderar que a linha é muito tênue e que, uma *educação contra a barbárie*, como nos lembra Adorno (1995), é premente numa sociedade em que o público se dissolve no privado e em que, o indivíduo, tão exaltado pelo liberalismo clássico e exacerbado num individualismo egocêntrico, homogeneizasse na massificação do consumo de tudo, das ideias às tecnologias gerando, inevitavelmente, o afastamento da política e da ética.

Para Adorno, contudo, o processo da contradição está sempre presente, inclusive na possibilidade da realização ou não de um projeto emancipador. Haverá sempre resistência, não só no campo da educação, mas em todo e qualquer momento em que aparece a contradição. Ao se desnudar o contraditório, evidentemente expõe-se a incerteza e a insegurança. Desaloja-se também o existente daquilo que lhe é confortável e, evidentemente, se torna “desinteressante” a alteração do que está presente.

Por isso talvez, a conformidade do sujeito com o que está dado seja um comprometimento voluntário. Neste sentido, o risco é presente de, mesmo na intenção da



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

transformação se gerar a repressão. Se o que prevalecer for uma uniformização do pensamento, não se contemplará a emancipação, mas a adequação ao vigente, mesmo que seja um “novo vigente” que não permita também a contradição. Para Adorno, não se chega, portanto, a um *final*, mas à *compreensão*. É o processo dialético que implica no *dever*, num constante vir a ser. É o desenvolvimento de uma *práxis* que Adorno não define, mas aponta como horizonte.

Ao propor com Max Horkheimer uma *Dialética do esclarecimento* (1985), ele nos alerta para os riscos do projeto original do Iluminismo se repetir, desembocando numa racionalidade instrumental. No campo da educação, nos lembra que qualquer possibilidade de transformação não pode estar restrita apenas ao desenvolvimento intelectual, apesar de exigí-lo. Nem à formação de uma “cultura geral” simplesmente, que implicaria num processo de *semiformação*. Tampouco à ideia da eliminação da contradição, o que significaria homogeneização e desembocaria no conformismo social. Para ele, será sempre um processo dialético.

Por isso, a importância da democracia e sua fragilidade são sempre objeto de cuidado para todos aqueles que a entendem como condição fundamental para o exercício da vida política e da existência da esfera pública.

Nesse sentido, uma educação emancipadora representa um processo de formação para a vida democrática, para a emancipação e a autonomia do sujeito diante da opressão a que se pretende submeter a esfera pública e os existentes. Educação, portanto, não pode ser formatação, controle ou homogeneização dos pensamentos. Nesse contexto, a democracia e uma educação democrática, porquanto política, são fundamentais.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad.: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. São Paulo: Editora Forense – Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MAAR, Wolfgang Leo. Educação, sujeição e crítica na perspectiva de Adorno. In: DALBOSCO, Cláudio A.; TROMBETTA, Gérson L.; LONGHI, Solange M. (Orgs.). **Sobre a filosofia e educação: subjetividade e intersubjetividade na fundamentação da práxis pedagógica**. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 165-184.